



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI COMPLEMENTAR nº 202, de 18 de junho de 1.997.**

Concede prêmio por produtividade a servidor público municipal.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Artigo 1º.** A todo servidor público municipal, ocupante do cargo de médico constante do Anexo I da Lei Complementar nº 53, de 07 de outubro de 1.992, que promover o atendimento de mais de 16 (dezesseis) consultas diárias, será paga, a título de prêmio por produtividade, importância equivalente a 3,50% do valor da UPRG - Unidade Padrão de Remuneração Geral, vigente no mês de competência da remuneração, por consulta além de referido limite, até o teto máximo de 24 (vinte e quatro) consultas diárias.

**Artigo 2º.** O servidor referido no artigo 1º da presente lei, não perderá o prêmio de produtividade quando afastado por férias, licença prêmio, gala, nojo, juri, licença-saúde, licença-gestante, faltas abonadas, serviços obrigatórios por lei e outros afastamentos por lei considerados como de efetivo exercício, o qual será calculado pela média das consultas diárias contempladas com este incentivo, no mês imediatamente anterior ao afastamento.

**Artigo 3º.** A gratificação natalina do médico referido no artigo 1º da presente, corresponderá à soma das seguintes parcelas:

I - Valor da remuneração prevista pelo Anexo I e II da Lei Complementar nº 53/92;

II - Valor resultante da média mensal dos prêmios por produtividade percebidos nos doze meses anteriores a dezembro do respectivo ano, multiplicada pelo valor unitário de cada consulta, vigente no mês de novembro do mesmo ano.

**Artigo 4º.** Para efeito de cálculo dos proventos de aposentadoria devidos aos servidores enquadrados no artigo 1º desta lei, a parte variável da remuneração, representada pelo prêmio de produtividade, será a média dos prêmios mensais percebidos pelo servidor nos últimos 07 (sete) anos imediatamente anteriores à apresentação do seu pedido de aposentadoria,



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

multiplicada pelo valor unitário do prêmio vigente no mês de competência do pedido.

§ 1º- Nos cálculos a que se refere este artigo, serão consideradas aproximações até milésimos.

§ 2º- Na hipótese de aposentadoria por invalidez, pedida por servidor em exercício por período não superior a 12 (doze) meses, será considerada - para os efeitos previstos no "caput" deste artigo - a média dos prêmios obtidos nos meses efetivamente trabalhados.


**Artigo 5º-** Os critérios de controle para aferição do prêmio previsto pela presente lei serão regulamentados por Decreto.

**Artigo 6º-** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas em Orçamento.

**Artigo 7º-** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Leme, 18 de junho de 1.997.

  
**NILO SÉRGIO PINTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Afixada e Publicada no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal de Leme, nesta data.

Leme, 18 de junho de 1.997.

  
**NILO SÉRGIO PINTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**